



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 09 DE JUNHO DE 2021

LEI Nº232/2021

EMENTA- DISPOE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA SOCIAL DENOMINADO A "MOTO É SUA", E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONGO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Congo, Estado da Paraíba, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o programa social denominado "**PROGRAMA A MOTO É SUA**", no Município do Congo (PB), por meio da destinação de recursos financeiros, seja para auxiliar na regularização da habilitação (CNH – Carteira Nacional de Habilitação) do(a)s condutores, seja para auxiliar na regularização das restrições legais impostas às motocicletas que venham a impedir sua livre circulação;

DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO NO PROGRAMA

Art. 2º - Para ter direito ao auxílio, o(a) cidadã(o) precisa preencher os seguintes requisitos objetivos:

- I - Ser cidadão do Município do Congo (PB) e ter seu domicílio na cidade há, pelo menos, doze meses;
- II - Comprovar a propriedade da motocicleta, seja por meio do documento expedido pelo órgão de trânsito competente, seja por meio de recibo de compra e venda, assinado e reconhecido firma em cartório da assinatura do vendedor, em favor do beneficiário;
- III - Estar inscrito no CADÚNICO da Assistência Social ou ser trabalhador(a) rural, inscrito no programa Garantia Safra (Agricultura Familiar) e ou Pescador no município do Congo (PB);
- IV - Cada beneficiário somente terá direito apenas a um dos benefícios previsto no art. 1º desta Lei.

DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Art. 3º - A administração Municipal constituirá uma comissão técnica, subordinada à Secretaria de Ação Social, formada por servidores municipais, que terá a função de definir o cronograma de concessão dos benefícios e avaliar a viabilidade da relação custo-benefício de cada situação apresentada pelos beneficiários, devendo, para tanto:

- I - Certificar a viabilidade financeira da relação de custo-benefício entre o valor de mercado da motocicleta e o custo da atualização da documentação do respectivo veículo, este não podendo ultrapassar em 50% do valor daquele, avaliação através da tabela FIPE;
- II - Selecionar o(a)s beneficiário(a)s a partir de um cronograma fixado pela ordem crescente da renda *per capita* do núcleo familiar, situação que deverá ser atestada por meio de laudo social emitido pela Secretaria de Assistência Social do Município do Congo (PB);
- III - Em caso de empate, após análise do critério anterior, dar prioridade à beneficiária que seja mãe e tenha maior número de filho(a)s, situação que deverá ser comprovada pela apresentação de cópia dos documentos oficiais de identificação do(a)s filho(a)s;
- IV - Caso persista o empate ou não seja possível aplicar o critério do inciso II, deve-se dar prioridade à(o) beneficiário(a) com maior idade;

DOS RECURSOS E DO AUXÍLIO FINANCEIRO

Art. 4º - O programa será financiado com recursos próprios, previstos no orçamento vigente, em valor equivalente à remuneração bruta mensal do chefe do poder executivo municipal, enquanto houver renúncia de salário do mesmo, ao longo do quadriênio 2021-2024, que custeará o percentual de 50% do valor necessário à regularização da situação do veículo ou da Carteira Nacional de Habilitação – CNH do motoqueiro, junto ao órgão de trânsito competente;

§1º Para gerenciar a execução financeira do programa, a prefeitura abrirá uma conta específica, permitindo a devida movimentação financeira para fins de prestação de contas;

§2º Para permitir a efetiva execução do programa, o(a) beneficiário(a) depositará o valor complementar de 50%, referente aos custos para regularização prevista no art. 1º, na conta específica da prefeitura, criada nos termos do parágrafo anterior, ficando o ente municipal responsável por efetuar o pagamento integral junto ao órgão de trânsito competente;

§3º Caso o(a) beneficiário(a) não tenha condições de arcar com a outra metade dos custos descritos no parágrafo anterior, **será concedido um crédito**, a ser pago de forma parcelada pelo(a) beneficiário(a) aos cofres do Município, em até 24 (vinte e quatro) meses, por meio de parcelas fixas, sem juros, mediante boletos bancários;

§4º Para garantir a concessão do crédito, previsto no §3º, do art. 4º, para regularização da documentação da motocicleta, o(a) beneficiário(a) dará o bem (motocicleta), objeto da regularização, em garantia, nos termos do devido contrato de adesão, o qual não poderá ser alienado/comercializado, até quitação integral da dívida junto ao Município, podendo o concedente firmar convênios e solicitar, junto ao órgão de trânsito competente, o registro da alienação do veículo em favor do Município do Congo (PB);

§5º Todos os veículos que vierem a ser objeto de regularização deverão ter sua propriedade transferida para titularidade dos beneficiários, com a condição de registrar seu domicílio no Município do Congo (PB), junto ao certificado de registro e licenciamento de veículo emitido pelo órgão de trânsito competente;

§6º Em caso de inadimplência, o Município estará autorizado a inscrever o nome do(a) beneficiário(a) na dívida ativa do Município, bem como junto aos órgãos de proteção de crédito, como SERASA e SPC (Sistema de Proteção ao Crédito);

§7º Após quitação integral da dívida, o Município do Congo emitirá o certificado de quitação, o qual poderá ser utilizado pelo(a) beneficiário(a) para baixa do registro de alienação no documento de propriedade do veículo junto ao órgão de trânsito competente;

§8º Na concessão do crédito para a regularização da Carteira Nacional de Habilitação – CNH, o Município custeará 50% do valor total, ficando o beneficiário responsável pelo ajuste do pagamento do valor complementar junto à autoescola contratada;

§9º Para seleção e cadastramento das Autoescolas interessadas em prestar os serviços previstos no parágrafo anterior, a prefeitura lançará edital de chamamento público para formalização o devido credenciamento das mesmas, estando aptas ao credenciamento as empresas de autoescolas que comprovarem sua regularidade, por meio da apresentação da documentação a ser exigida no edital;

DA VIGÊNCIA DO PROGRAMA

Art. 5º - O programa subsidiará a regularização de motoqueiros/as e/ou motocicletas no município do Congo-PB, durante o quadriênio 2021-2024;

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º - A Prefeitura, através da Secretaria de Educação, assumirá a responsabilidade pela alfabetização de trabalhadores/as que venham a solicitar um dos benefícios previstos no art. 1º, mesmo sendo analfabeto/a, para permitir que o(a)s mesmo(a)s preencham os requisitos mínimos para conseguirem ser aprovados no exame da (CNH – Carteira Nacional de Habilitação);

Art. 7º - Fica alterada a Lei nº 175/2017, de 20/12/2017 - PPA – Plano Plurianual, para os exercícios de 2018-2021, em conformidade com o disposto nesta Lei, relativamente a abertura de Crédito do Tipo Especial, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento.

Art. 8º - Fica alterada a Lei nº 214/2020, de 31 de julho de 2020 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2021, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento.

Art. 9º - Fica igualmente alterada a Lei nº 220/2020, de 29 de dezembro de 2020 – LOA – Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021;

§ 1º – Fica inserida na LOA/2021, o seguinte Programa:

2012 – **PROGRAMA A MOTO É SUA**

§ 2º – Fica inserida na LOA/2021, a seguinte Ação:

2080 – **PROGRAMA A MOTO É SUA**

Art. 10º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **CRÉDITO ESPECIAL** a LOA do exercício de 2021, no valor de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), destinados a atender despesas não consignadas no orçamento, as quais terão a seguinte classificação:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
07.00	SEC DE ASSIST SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO		
08.2412012.2080.	PROGRAMA A MOTO É SUA		
001.00000	Recursos Ordinários		
3.3.90.48.01	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas		145.000,00
TOTAL			145.000,00

Art. 11º - Constituem fontes de recursos para atender a execução do presente crédito, **ANULAÇÃO** parcial e/ou total de Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente, de conformidade com o Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei 4.320/64, de acordo com o desdobramento a seguir:

01.00	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.1002.2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE	
001.00000	Recursos Ordinários	
3.1.90.11.01	Vencimentos e Vantagens Fixas	145.000,00
TOTAL		145.000,00

Art. 12º Esta Lei entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal do Congo – PB, em 08 de junho de 2021.

ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 09 DE JUNHO DE 2021

LEI Nº 233/2021

“INSTITUI O PROGRAMA MEDICAMENTO EM CASA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONGO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Congo, Estado da Paraíba, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Institui o Programa Medicamento em Casa, no Município de Congo-PB, com o objetivo de encaminhar diretamente à residência das pessoas idosas, com deficiência ou mobilidade reduzida, das pessoas portadoras de doenças crônicas, usuárias da Rede Municipal de Saúde, os remédios de uso contínuo que lhes foram prescritos em tratamento regular.

Art. 2º Fica o Poder Executivo responsável por entregar o medicamento, que deverá se efetivada na residência do paciente, salvo impossibilidade de acesso, quando poderá ser indicado pelo paciente outro endereço próximo à sua residência.

Art. 3º A periodicidade da entrega será preferencialmente mensal, devendo sempre atender aos requisitos da quantidade necessária de medicamento sem que se interrompa o tratamento, bem como o prazo de validade do medicamento a ser utilizado.

Art. 4º O envio dos medicamentos obedecerá as prescrições médicas e será executado mediante o cadastramento do paciente, que deverá ser atualizado anualmente para fins de endereçamento, prova e identidade do recebedor, obedecendo as quantidades necessárias ao uso mensal, ou ainda as quantidades prescritas pelo médico segundo a necessidade de cada paciente.

Art. 5º Além da comprovação das situações pessoais estabelecidas no art. 1º, os interessados em obter os benefícios do Programa Medicamento em Casa deverão demonstrar o preenchimento das seguintes condições: - que residem no município de Congo-PB; e que estão regularmente cadastrados junto à Secretaria Municipal de Saúde;

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde avaliará a necessidade do encaminhamento do remédio no domicílio do paciente, mediante avaliação da assistente social da saúde.

Art. 6º O Poder Executivo baixará os atos que se fizerem necessários à regulamentação da presente Lei.

Art. 7º Esse projeto visa evitar que os principais grupos de risco exponham-se ao vírus **COVID-19**.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal do Congo – PB, em 09 de junho de 2021.

ROMUALDO ANTONIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXIII/EDIÇÃO 09 DE JUNHO DE 2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 02.2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 0241/2020

Base Legal:

- Lei nº 8.666/93 – Art. 77 e 78
- Inexecução Contratual

EMPRESA PROCESSADA:

À CONTEMAX - CONSULTORIA TÉCNICA E PLANEJAMENTO LTDA, CNPJ Nº. 06.949.023/0001-23, situada na Av. Presidente Epitácio Pessoa, 475, Empresarial Royal Trade Center, 3º andar, salas 305/309, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, CEP: 58.030-000

OBJETO:

O referido contrato tem por objeto a realização do concurso público para seleção de candidatos destinados ao provimento de cargos públicos, de natureza efetiva, da Prefeitura Municipal do Congo (PB).

Congo, 08 de junho de 2021.


LENILSON BEZEIRA DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0002/2021 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 0241/2020

DESPACHO

O Chefe do Poder Executivo, no uso de suas atribuições legais, nos autos do Processo Administrativo acima numerado, **AUTORIZA** a abertura e processamento do presente feito, em face da empresa **CONTEMAX - CONSULTORIA TÉCNICA E PLANEJAMENTO LTDA**, CNPJ Nº. 06.949.023/0001-23, situada na Av. Presidente Epitácio Pessoa, 475, Empresarial Royal Trade Center, 3º andar, salas 305/309, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, CEP: 58.030-000, decorrente da inexecução do Contrato nº. 0241/2020.

O referido contrato tem por objeto a realização do concurso público para seleção de candidatos destinados ao provimento de cargos públicos, de natureza efetiva, da Prefeitura Municipal do Congo (PB).

A referida empresa foi contratada nos termos do contrato administrativo nº. 0241/2020, que previa em suas cláusulas a execução de todas as etapas do concurso, no prazo de 120 dias, a contar da data da assinatura, em 02 de março de 2020.

Ocorre que após transcurso do prazo contratual, a empresa jamais compareceu junto à administração para solicitar a prorrogação do prazo, nem justificar a inexecução. O referido contrato foi formalizado na gestão anterior. Desde o dia em que a nova gestão assumiu, até a presente data, não houve qualquer manifestação da contratada sobre o interesse e a necessidade de formalizar algum pedido de prorrogação do contrato, para permitir a continuidade da prestação dos serviços contratados.

Além da inexecução, os candidatos inscritos ficaram sem informações por parte da empresa, sem saber qual a programação para o possível retorno da continuidade do concurso público.

No final do ano de 2020, o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba determinou a suspensão da realização da prova do concurso, em virtude das medidas de prevenção e combate à pandemia do Covid, determinando que o questionado concurso viesse a ser realizado no ano de 2021.

Ocorre que, como relatado, a empresa contratada não promoveu qualquer ato em 2021 para dar continuidade ao processo de seleção, não publicou nem informou à administração qual seria o cronograma par o ano de 2021, deixando de cumprir suas obrigações contratuais.

Ressalte-se que a empresa contratada recebeu, em 04/12/2020 a quantia de R\$ 17.437,50, sob a justificativa de que teria executado uma das etapas do contrato. Descreveu-se no empenho a seguinte justificativa: "Importância que se empenha para atender ao pagamento referente a contratação de empresa especializada para realização de concurso público de provas e títulos, para provimento de cargos vagos no quadro de pessoal

desta edilidade, conforme processo licitatório - tomada de preço nº 00004/2019, contrato administrativo nº 0241/2020."

Entende-se, pois, que o referido pagamento foi indevido, já que não houve o cumprimento da obrigação contratual exigida para justificar o repasse da referida quantia. Além disso, o pagamento ocorreu após a determinação de suspensão do processo por parte do TCE/PB.

Conforme preleciona a Lei nº. 8.666/99, art. 78 e art. 79, a administração poderá rescindir, **UNILATERALMENTE**, o contrato, quando houver a constatação das seguintes irregularidades:

Lei nº. 8.666/93: (...)

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;


Verifica-se, portanto, que a empresa contratada praticou as condutas previstas nos incisos I, II, III, IV, e V, do art. 78, da Lei nº. 8.666/93, motivo pelo qual resta justificada a rescisão unilateral do contrato, nos termos do art. 79, inciso I, da mesma Lei.

ANTE O EXPOSTO, o Chefe do Poder Executivo do Município do Congo determina a **RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO**, bem como, tendo em vista a eventual aplicação de demais sanções administrativas, fica determinada a abertura do processo administrativo, com o fim de apurar as alegadas irregularidades e aplicar as consequentes providências legais adequadas ao caso em estudo.

Em atenção à garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa, determino a expedição de notificação à empresa acima mencionada para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias.

Fica determinado que a condução do processo administrativo será realizada pela Comissão Permanente de Licitações, devidamente nomeada pela Portaria em vigor, emitida pela administração Municipal, nos termos da Lei nº. 8.666/93 c/c Lei nº. 9.784/1999.

Congo, 09 de junho de 2021.


ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional